

A Imigração Portuguesa nos inventários post mortem: vivências e lucros em uma capital amazônica (Belém, 1850-1920)

Anndrea Caroliny da Costa Tavares*

A historiografia sobre a imigração portuguesa mostrou e mostra que esta disposta a colaborar para a ampliação da história das grandes levas migratórias para o país, como também destacar a importância que esses indivíduos tiveram para o crescimento e desenvolvimento de diversas áreas no Brasil, dentre elas a região amazônica, como na cidade de Belém.

Fenômeno histórico relevante por sintetizar, minimamente, o embate decisivo entre o homem e a natureza, que envolve o próprio movimento da história da humanidade. A emigração portuguesa destinada ao Brasil faz com que o próprio reconhecimento daquele que emigra seja alterado, visto que saindo de Portugal eram os emigrantes, mas que tão logo chegados ao Brasil foram primeiro colonos, ao cabo de três séculos, quando enfim a então colônia portuguesa tornou-se nação independente, por isso muitos não eram considerados estrangeiros em solo brasileiro.

Trabalhando sobre um material rico, que são os inventários *post mortem*, a construção de uma história dos portugueses em Belém se encontra em uma constante fabricação, com interesses impulsionados por contextos cada vez mais exigentes para com o rompimento dos chamados modelos, priorizando as peculiaridades de cada instante e espaço.

Podemos afirmar que o uso destas fontes cartoriais está inserido na renovação historiográfica proposta pelos Annales e a chamada *nova história* iniciada na França. Os fundadores do Annales se animavam com a perspectiva de se produzir um conhecimento interdisciplinar, uma história que problematizasse o social, que se ocupasse com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar, que também se dedicasse aos estudos das condições de vida material deixando de tomar a esfera econômica como determinante para a totalidade social, questionando os princípios do marxismo. A interdisciplinaridade, neste sentido, leva ao uso de diversos outros tipos de

* Mestranda em História Social da Amazônia no Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA. Bolsista CAPES.

fontes, antes desconsideradas como elementos que pudessem testemunhar algo sobre a história de um determinado grupo, espaço, instante.

Buscamos compreender de uma forma mais ampla e detalhada a história de um dos contingentes migratórios mais frequentes vindos para o Brasil, considerando sempre a temporalidade em que este grupo esteve inserido, seguindo as formulações de Thompson quanto as experiências vivenciadas e as reações geradas por estas experiências, ao invés de adequá-los em determinados conceitos e modelos já pré-estabelecidos, que acabam por limitar a extensão de um olhar mais aguçado sobre as fontes, uma vez que aquilo que não se enquadra no modelo, acaba por ser descartado, como um elemento irrelevante para a construção de um determinado estudo.

Considerar as propostas teórico metodológicas de Thompson implica em dar ênfase a multiplicidade do real e a especificidade das experiências, atentando para a permanente contradição que as envolve. Embora as levas migratórias portuguesas possuam elementos comuns, presentes nas diferentes temporalidades, como a origem, a profissão, o modo como saíram de sua terra, cada indivíduo possui uma dada experiência, convivendo com situações, oportunidades diferenciadas, tornando aquilo que antes era comum, como um objeto de diferenciação.

Sabemos que os inventários *post mortem* se apresentam como um retrato de um determinado tempo da vida de um indivíduo, que nas mãos do historiador pode se transformar em testemunho sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual. Em suas páginas temos não somente a descrição de bens e valores, mas tanto relatos de experiências vividas, situações diversas, seja com relação ao casamento, negócios, relações familiares, entre outros.

As fontes cartorárias, como os inventários são de fundamental importância para a produção historiográfica a partir da década de 1970, principalmente por abrirem novas possibilidades de temas para a pesquisa histórica. A partir dos autos de inventário, e também com o auxílio de testamentos, pode-se penetrar não apenas no patrimônio dos sujeitos e suas famílias, mas também no universo dos sentimentos e das relações familiares, destacando transformações nos padrões de comportamento e de representação.

As mudanças na mentalidade no seio de uma sociedade só podem ser percebidas a longo prazo, na longa duração, o que necessita de uma disponibilidade de várias séries de documentação completas, que possam englobar todos os anos de um determinado período que se pretende estudar, o que sabemos nem sempre ser possível. Eis um dos limites comuns da pesquisa histórica.

Destacamos também que os inventários são fontes que estabelecem uma determinada igualdade entre os sujeitos, os quais nos permitem observar a vivência tanto das camadas mais populares, que também testavam e deixavam pequenos patrimônios para seus familiares e amigos como das faixas mais abastadas com grandes fortunas.

Como o português José Bernardo Sequeira¹, comerciante estabelecido com mercearia, solteiro, que tem como montante de seu inventário o valor de 307\$800 réis (trezentos e sete mil réis), deixados de herança para sua mãe. Como também Domingos José Dias², Visconde de São Domingos, casado, sem declarar filhos, deixou uma fortuna avaliada em 1.530:049\$600 (mil quinhentos e trinta contos, quarenta e nove mil e seiscentos réis). Assim, podemos conceber uma história também das massas, como bem destaca os Annales em sua renovação historiográfica, contra os grandes mitos do positivismo.

Claro que todo cuidado deve ser tomado ao trabalhar com tais fontes. É necessário estar atento a possibilidade de haver distorções nas informações, pois embora seja documentos oficiais onde se é obrigado a descrever todos os bens existentes para o interesse dos herdeiros, muitos destes eram omitidos e outros poderiam ser super valorizados.

Em seu inventário datado de 1907, José Antônio Martins³, o Barão de Monte Córdova, diz trabalhar no comércio desde a idade de 11 anos e vindo para o Pará em 1856, estabeleceu-se em 1864 na própria casa onde residia a época de escritura de seu

¹ Inventário de José Bernardo Sequeira, ano de 1907. Centro de Memória da Amazônia. 1ª vara cível – Cartório Santiago.

² Inventário de Domingos José Dias, ano de 1904. Centro de Memória da Amazônia. 11ª vara cível – Cartório Fabiliano Lobato.

³ Inventário de José Antônio Martins, ano de 1907. Centro de Memória da Amazônia. 11ª vara cível – Cartório Fabiliano Lobato.

testamento. Tinha negócios grandes de importação do estrangeiro e de exportação sob a razão social de Martins & Companhia. A convivência com o comércio desde os 11 anos de idade ajudou com que José Antônio Martins pudesse alcançar, no período de abertura de seu inventário, uma representatividade considerável no meio social e comercial de Belém. Seu inventário é rico em informações a cerca das relações comerciais, com recortes de jornais e demais relatos da dinâmica vivida em Belém.

Percebemos com ajuda do inventário do Barão que as ações de homens e mulheres reais são os retratos mais fiéis das experiências sociais e históricas vivenciadas e organizadas em um determinado contexto, neste caso experiência vivenciada desde a infância que se estendeu à fase adulta. São essas experiências e memórias elementos fundamentais para a construção de uma dada história. Como os motins de fome na Inglaterra, que não foram resultados estritamente alcançados pelas privações vivenciadas naquele momento pelos manifestantes, mais do que sua formação social e moral. Thompsom defende que ao contrário, que a fome não foi a força motriz de todos os motins, caso contrário mais manifestações teriam sido feitas, mas o que estava em jogo era a insatisfação dos revoltosos com a não valorização da economia moral tradicionalista que existia, economia moral voltada não a um estilo definido de vida, mas voltada para a postura que cada sujeito apresenta perante os fatos.

Essa experiência desempenha um papel de mediadora entre a consciência social e o próprio sujeito social, como uma resposta mental dos indivíduos ou dos grupos para um determinado acontecimento, como a resposta dos portugueses às constantes e intensas levadas migratórias de suas diversas áreas, especialmente da região Norte.

É relevante considerar ainda que a mentalidade destes imigrantes foi um elemento fundamental para a ação de saída, não somente levando em consideração as dificuldades econômicas pelas quais passava Portugal, mas a ideia que cada sujeito tinha sua própria relação com o intenso e contínuo fluxo migratório de saída de Portugal.

Cada sujeito possui interesses próprios e determinantes, e experimentam as situações e relações de acordo com tais interesses. Costumamos dizer que o casamento dos imigrantes com brasileiros era uma forma de alcançar determinado grau de inserção

e reconhecimento no meio social, sendo algo vivenciado por muitos portugueses. No entanto, o ato do casamento era interpretado de diversas maneiras entre eles. O Barão de Monte Córdova permaneceu solteiro até o dia de sua morte, e nem por isso deixou de alcançar prestígio e de ter uma considerável inserção nos meios da sociedade, especialmente no meio comercial da cidade de Belém.

Por outro lado, o português José Caetano Ribeiro da Silva⁴, também atuante no comércio da cidade de Belém utilizou o casamento para estabelecer alianças que foram além de um mero elemento de inserção, mas agora como elemento de ampliação de influências e estreitamento de relações com sujeitos com mais prestígio e reconhecimento que ele. Como será demonstrado nas discussões seguintes.

Falar destas uniões é perceber as diferentes interpretações que existem em torno de um mesmo evento, a forma como os sujeitos se portam diante dos fatos, o que pensam sobre eles. No entanto, deve-se considerar ainda que estes valores não podem ser desvinculados de seus contextos.

Na virada do século XIX para o XX, o estado do Pará se constituiu como o terceiro maior local de atração de imigrantes portugueses para o Brasil, o que é refletido claramente na presença significativa desses imigrantes no contexto atual, seja em suas sociedades beneficentes, grêmios literários e recreativos, times de futebol, firmas comerciais ou nos pequenos comércios espalhados pelos bairros.

Apesar de vários trabalhos a nível regional citarem a temática da imigração portuguesa, poucos são aqueles que se detêm especificamente ao tema, problema que buscamos amenizar com a proposta de trabalho submetida no programa de pós graduação ao qual este trabalho está submetido.

Para tanto, a utilização dos autos cíveis de inventários são importantes por nos apresentarem, de forma mais completa, os detalhes a respeito da vida dos imigrantes, suas relações familiares e sociais. As informações retiradas destas fontes vão confirmando, junto a historiografia referente a imigração e a referenciais teóricos, vários

⁴ Inventário de José Caetano Ribeiro da Silva, ano de 1900. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

aspectos que já nos era conhecido a respeito da participação social deste grupo e trazendo novos, que os levam a pensar na amplitude que este trabalho pode alcançar.

Embora a imigração portuguesa para as mais variadas regiões possa ser enquadrada na categoria de um fluxo circular, quando o indivíduo se desloca a um mercado por um determinado intervalo de tempo definido, ao cabo do qual retorna a sua origem, para a região amazônica esse perfil sofre alteração, enquadrando-se na categoria de um fluxo em cadeia⁵, onde é possível perceber a alternância do gênero (primeiro partiam os homens e depois suas famílias), igualmente por destinos menos diversos e mais distantes, e pela existência de indivíduos, em geral parentes, dando “apoio logístico” no novo local de moradia dos imigrantes. Essas categorias forjadas por Charles Tilly surgiram a partir de sua procura em definir tipologias migratórias associadas a duas variáveis que considera importante: a distancia entre a origem e o destino, e o grau de ruptura (com a origem) de quem emigrou, seja um indivíduo, uma família, um trabalhador, etc. Essas duas variáveis indicam a fronteira, ainda que arbitrária, entre um simples deslocamento ou mobilidade e uma experiência migratória.

Os dados acerca do movimento migratório no porto de Belém, no século XX e que se encontram registrados no Anuário Estatístico do Brasil de 1912, representam uma imagem aproximada da imigração internacional na Amazônia. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, entre os anos de 1908 e 1910, chegaram a Belém aproximadamente 13.500 estrangeiros de diversos países, sobressaindo os portugueses com uma porcentagem de 48,67%, à frente dos espanhóis (15,98%), ingleses (7,18%), turcos-árabes (4,69%) e dos italianos (4,15%).

O crescimento econômico da Amazônia, decorrente da elevação dos preços da borracha nesse período pode ter constituído fator motivador dessa expressiva imigração, haja vista que no ano de 1910, quando da maior entrada de imigrantes, o valor da borracha fina (réis por quilo) estava cotado em 10\$050 réis, nos anos de 1909 e 1908 os valores variaram entre 7\$960 e 4\$935 réis, respectivamente.

⁵ O conceito de cadeia migratória também é utilizado por Jorge Fernandes Alves, como um suporte das estratégias familiares que produziam uma emigração em massa, particularmente de jovens ainda sem capacidade de afirmação pessoal, diluindo-se depois tais contornos com a atração massiva de outras correntes mediterrâneas ao Brasil e o desenvolvimento econômico e social de outras regiões, para além do tradicional Rio de Janeiro. CF. ALVES, 2001.

A expansão da economia gomífera estimulou o deslocamento dessa população estrangeira para a Amazônia. Entre idas e vindas da capital para os municípios do interior e demais estados da região, um grande número de migrantes permanecia em Belém, a principal cidade amazônica, à época. A emigração estrangeira, dirigida ou espontânea, embora considerável, não se mostrou tão acentuada quanto em outros estados do sul do país. O português, seguido do espanhol, formaram os grupos étnicos mais presentes no cenário da capital.

Os imigrantes portugueses eram desejáveis pelo Governo do Pará para onde se deslocavam por diversas razões, tais como o forte vínculo entre o Pará e Portugal, a propaganda feita pelos governos brasileiro e paraense, a proximidade cultural e a sua facilidade de adaptação à vida da cidade (Belém), além de sua fama de pacíficos e morigerados. Não causava nenhum estranhamento a presença dos lusitanos na cidade, visto que Belém sempre apresentou uma forte ligação com a presença portuguesa, fruto da intensa colonização e da forte ligação com Lisboa, tanto que o Pará foi a última província brasileira a aderir à Independência do Brasil de Portugal.

Apesar da fama de pacíficos e morigerados, esta não impedia o surgimento de tensões entre nacionais e os grupos que chegavam para disputar o mercado de trabalho. Estes conflitos evidenciavam os problemas que envolviam a política de imigração, demonstrando a ausência de infraestrutura na cidade para receber o contingente demográfico constante. Estudos indicam que o mercado de trabalho em Belém, durante esse período, tinha preferência pela contratação de trabalhadores portugueses nas mais diversas ocupações, havendo ainda no Pará um discurso anti-cearense, o que certamente, provocava constantes inflamações entre nacionais e estrangeiros, por aqueles considerarem que os últimos eram os responsáveis por sua não ocupação.

Os portugueses viveram nessa época numa cidade portuária, que era ponto de partida de todo tipo de mercadorias para o interior do estado e da região, e —porta de saída das exportações da borracha para o mundo. Belém tornara-se uma cidade cosmopolita, onde a expressiva presença dos portugueses promoveu a grande visibilidade de sua cultura até hoje.

A maioria dos portugueses provinha da região dos minifúndios do médio e Norte de Portugal, deixando suas aldeias, freguesias, quintas e suas querências ao longo do rio Douro, Minho e Tejo. Quase todos jovens e pobres, eram filhos de agricultores e sitiantes, de numerosa

família patriarcal, com rígida educação doméstica e obedientes á tradição e valores familiares. Portugal não tinha mais, ao findar do século XIX, muito futuro, sobretudo na região Norte, terra agrícola dos minifúndios, pertencentes a proprietários de família numerosa, sem terem como encaminhar seus filhos para a lavoura, uma vez que as parcelas de terras, com a divisão da herança, se tornaram tão pequenas que eram incapazes de sustentar uma família, a saída era emigrar para as regiões de colonização, ou com uma considerável comunidade portuguesa que lhes garantisse auxílio na chegada e promovesse sua inserção no meio sócio econômico do lugar de chegada, como no caso do Pará.

A vida por detrás dos balcões...

A inserção dos imigrantes portugueses nas atividades comerciais há muito é compreendida como um forte elemento provedor desta mesma dinamização econômica e social da cidade de Belém, uma vez que estes imigrantes estavam ligados diretamente às atividades comerciais, auxiliando na difusão e estabilização do comércio na cidade. A contribuição destes imigrantes à região amazônica é tão significativa que, de acordo com Barbara Weinstein, muitos historiadores tenderam a passar por cima do papel desempenhado pelos brasileiros, especialmente pelos paraenses de nascimento, na fase inicial do negócio da borracha.

Quadro nº 1 – Ocupação dos portugueses habilitados no Pará

OCUPAÇÃO	QUANTIDADE	%
Agencia	29	0,27%
Agricultura, extrativismo, fazenda e engenho	190	1,80%
Atividade comercial	5070	47,94%
Atividade comercial (saber fazer)	1032	9,76%
Estudantes e desempregados	16	0,15%
Igreja	5	0,05%
Indústria e olaria	47	0,44%
Música e drama	10	0,09%
Pesca	66	0,62%
Profissões liberais	90	0,85%
Secundário (secundário e terciário)	2118	20,03%
Sem informação	1673	15,82%
Dúvida	230	2,17%

Total	10576	100%
--------------	--------------	-------------

Fonte: Livro das Habilitações Consulares de portugueses, encontrados nos arquivos do Grêmio Literário e Recreativo Português.

A partir da consulta feita às Habilitações Consulares dos portugueses, especificamente à ocupação que eles possuíam no Pará, confirma-se a supremacia dos que trabalhavam com atividades diretamente ligadas ao comércio, seja como pequenos comércios á retalho, secos e molhados, açougueiros, agentes comerciais, caixeiros, guarda-livros, entre outros, ocupações que estavam voltadas para as dinâmicas comerciais que a cidade de Belém vinha desfrutando.

Comerciantes portugueses com menores posses foram-se espalhando por toda a cidade, com seus estabelecimentos nas esquinas das ruas, as quais se constituíam pontos estratégicos para fundação e operação do mercado varejista em vários ramos. Quando a crise do látex chegou, a partir de 1911, os empresários portugueses em muito contribuíram para a sobrevivência das cidades de Belém e Manaus e no seu interior, através de suas casas aviadoras, dos navios de seus armadores, dos seus armazéns de estivas e fazendas e do seu comércio de importação e exportação, sendo numerosos não somente nas principais ruas comerciais destas cidades, como nas demais áreas urbanas.

Boa parte destes empreendimentos possui a firma devidamente reconhecida na Associação Comercial do Pará, o que exprime certa legalidade e fortalecimento da organização comercial emergente na região amazônica paralelamente a consolidação da extração e comércio do látex. No entanto, poucos inventários e os dados das habilitações consulares nos permitiram inferir, com segurança, a inserção de vários sujeitos no cenário sócio político da região amazônica, o que só foi possível pelo cruzamento com outras fontes.

Dentre os vários portugueses que alcançaram representação tanto no comércio como no cenário político da cidade de Belém, está o comerciante Bento Rebello de Andrade⁶, um dos mais importantes comerciantes do Pará nas décadas de 1880 e 1890, com um montante arrolado em um pouco mais de oitocentos e dezessete mil contos de réis (817:153\$286). Foi membro, por vezes presidente ou diretor, da *Praça do Comércio*, o que em 1899 mudou seu nome para Associação Comercial do Pará. Era sócio na firma comercial *Darlindo Rocha e Companhia*, voltada para o comércio de aviamento, importações, comissões e outras transações, cuja sede era em Belém e com filial em Manaus.

⁶ Inventário de Bento Rebello de Andrade. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível, Cartório Odon Rhossard.

Durante a fase áurea da borracha, no fim do século XIX e início do XX, milhares de imigrantes lusos, atraídos pela fortuna, foram pioneiros na organização do sistema mercantilista de intercâmbio, representado pelo comércio típico de casas “aviadoras”, embora os dados coletados para este trabalho apontem que os portugueses estavam inseridos em diversas áreas do comércio, não restringindo sua atuação direta à atividade extrativa do látex.⁷

As firmas portuguesas estabelecidas em Belém e Manaus transformaram essas cidades em entrepostos comerciais e estabeleceram as linhas logísticas de suprimento *rio acima* de mercadorias á base de crédito pessoal com os seringalistas e seringueiros (cearenses, nordestinos, paraenses, portugueses entre outros), recebendo, em contra partida, *rio abaixo*, mediante conta de venda, os gêneros e produtos extrativos destinados à exportação.

O trabalho que se realizava nas restantes regiões do Brasil era a agricultura e mineração, na Amazônia o trabalho estava ligado às expedições coletoras de especiarias, madeiras de lei, sementes de cacau realizadas pelos imigrantes portugueses, com a expansão da economia extrativa do látex, houve o surgimento de um sistema econômico e de um comércio exportador de proporções regionais verdadeiramente enormes. Durante o século XIX, Belém aparecia como a praça central do comércio da capitania do Grão-Pará, onde existia a participação dos portugueses. Nos primórdios do século XX, — Depois do Rio de Janeiro e Santos, era o porto mais movimentado do Brasil com uma população que se aproximava rapidamente do quarto de milhão, em 1910.

Os empreendimentos na cidade...

1- 1850 a 1869: surgimento da borracha nas pautas de exportação

A historiografia conhecida sobre o período estudado apresenta que a partir dos anos de 1850, a borracha passou a firmar supremacia no comércio regional, tendo seu grande crescimento comercial, de fato, nos anos da década de 60. A crescente economia extrativa do látex disputava espaço com a economia ainda tradicional da província, pautada na posse de terras, criação de animais, engenhos de açúcar e arroz.

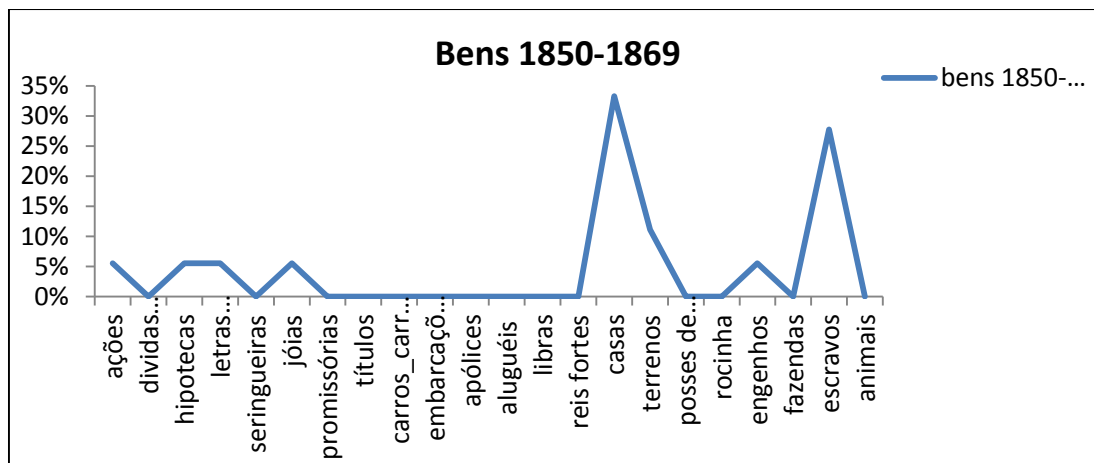
⁷ Esse período histórico da economia amazônica foi denominado por Samuel Benchimol como a “Era dos Jotas”, em virtude de a letra prevalecer nas iniciais das firmas portuguesas do período, em uma quantidade considerável.

A flutuação de sua cotação foi marcada pela alta em 1860 e em seguida pela queda em 1870, para finalmente firmar-se no final da mesma. Sendo assim, no intervalo de 1850 a 1869 as casas (33%), os terrenos (11%), os engenhos (6%) e os escravos (28%) constituíam os elementos básicos de composição das fortunas.

Na medida que a cidade crescia, os alugueis de imóveis passaram a ser significativos para o sustento de famílias que possuíam mais de um imóvel disponível na cidade, e quanto mais dinâmica a cidade se apresentava, mais altos eram seus valores.

Era comum encontrar nos inventários portugueses com mais de uma propriedade de casas, como o dito Jose Antônio dos Santos, também natural do Porto, não declarou profissão, mas deixou como herança 6 casas na cidade de Belém, para os filhos e sua viúva. A posse de mais de uma propriedade habitacional nos indica oportunidades de negócios em uma cidade que crescia, era comum os aluguéis de imóveis diante do fluxo de pessoas que migravam para a cidade ou que ora passavam curtas temporadas à negócios.

Gráfico 1: Composição das fortunas no intervalo de 1850-1869



Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia, cartórios Santiago, Leão, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard.

2- 1870 a 1909: Consolidação da economia gomífera

Quando em 1870⁸ a borracha alcança estabilidade nas pautas de exportação e os preços estão mais estáveis, sente-se o crescimento acelerado do comércio, dos bancos e estabelecimentos afins, fazendo com que a fortuna estivesse ligada aos novos elementos constituintes da economia amazônica. É neste período que as ações comerciais (16%), letras (6%), apólices (2%) e hipotecas (1%) tornam-se os mais frequentes elementos constituintes das fortunas, juntamente com as casas (33%) e terrenos (22%) que se mantém presentes nos arrolamentos de bens, uma vez que a cidade de Belém se encontrava em constante crescimento. Comprovando que a mudança nas formas de riqueza manifesta, mais imediatamente, alterações estruturais na organização econômica da sociedade.

Bárbara Weinstein considera que os últimos anos da década de 1870 foram os que assinalaram o início da expansão da borracha. O volume de produção, na década de 1880 quase que duplicaram, depois de terem a maior alta nos anos 60. Demograficamente, a autora considera que o crescimento foi constante, mas não espetacular, e a fase de rápido aumento da população só começou de fato na década de 1890.

A expansão da economia gomífera trouxe consigo não somente este crescimento demográfico, mas também a necessidade da cidade proporcionar a toda essa população a estrutura básica para sua acomodação, sendo a demanda por moradia acentuada.

Os novos imóveis que surgem consolidam-se nas áreas de expansão da cidade, como a Estrada de São Brás, José Bonifácio e outras. A compra de imóveis nestas áreas de expansão tornou-se um investimento rentável para a elite local, sobretudo por serem voltados para o arrendamento, uma vez que os valores dos aluguéis eram altos.

⁸ A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira. É certo que se trata de um prolongamento da fase anterior, e resulta em última análise da emancipação do país da tutela política e econômica da metrópole portuguesa. Mas a primeira metade do século é de transição, fase de ajustamento à nova situação criada pela independência e autonomia nacional; a crise econômica, financeira, política e social que se desencadeia sobre o Brasil desde o momento da transferência da corte portuguesa em 1808, e, sobretudo da emancipação política de 1822, prolongam-se até meados do século; e se é verdade que já antes deste momento se elaboram os fatores de transformação, é somente depois dele que amadurecem e produzem todos os frutos que modificariam tão profundamente as condições do país. Expandem-se então largamente as forças produtivas brasileiras, dilatando-se o seu horizonte; e remodela-se a vida material do Brasil. (PRADO JUNIOR, 2006).

Em 1877, encontramos o português Antônio da Silva Maia⁹, natural do Distrito do Porto que declara a existência de 28 imóveis na cidade de Belém, sem informar sua ocupação, o inventariado nos faz inferir que sua renda provinha dos alugueis dos numerosos imóveis que possuía.

Os dados do diretor de estatística da província, Barroso Rebello, apontam que na década de 70 do século XIX, Belém registrava o total de 63.465 habitantes, contando as pessoas que moravam na capital e nos distritos de São Domingos, Acará, Pinheiro, Ilha das Onças, Jenipaúba, Caraparu, e outras áreas que estavam ligadas administrativamente a capital da província.

O processo de urbanização estabelecido em Belém, a partir da segunda metade do século XIX, estava ligado, sobretudo, a função comercial, financeira, política e cultural que desempenhara durante a fase áurea da borracha.

Durante este período de crescimento da cidade, percebemos a instalação de vários estabelecimentos bancários, companhias de seguro e de navegação, que tornam-se investimentos rentáveis para os portugueses, sobretudo pela compra de suas ações, numerosamente declaradas em seus testamentos e inventários. A portuguesa Cândida Rosa de Faria Barbosa¹⁰ possuía 120 ações do Banco Comercial do Pará, 120 ações do Banco do Norte, além de 26 letras hipotecárias do Banco Norte do Brasil.

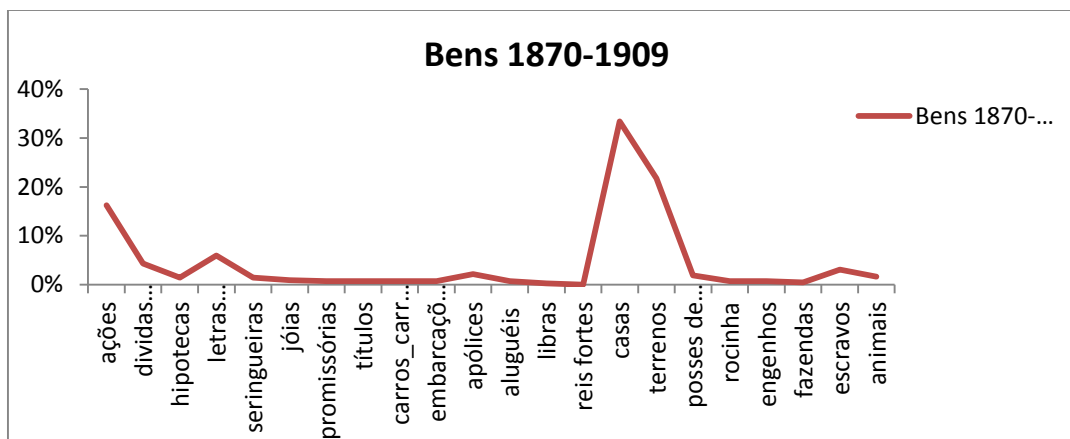
O serviço de viação pública e iluminação da cidade estavam sob responsabilidade da firma inglesa *Pará Electric Railways and Lighting Company*, e garantia aos habitantes grandes lucros em seus investimentos, prova disso seriam as 330 ações que Joaquim da Costa Oliveira¹¹, comerciante no Pará, possuía na abertura de seu inventário.

Gráfico 2: Composição das fortunas no intervalo de 1870-1909

⁹ Inventário de Antônio da Silva Maia, ano de 1877. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível, Cartório Odon Rhossard.

¹⁰ Inventário de Cândida Rosa de Faria Barbosa, ano de 1895. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

¹¹ Inventário de Joaquim da Costa Oliveira, ano de 1913. Centro de Memória da Amazônia. 11ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

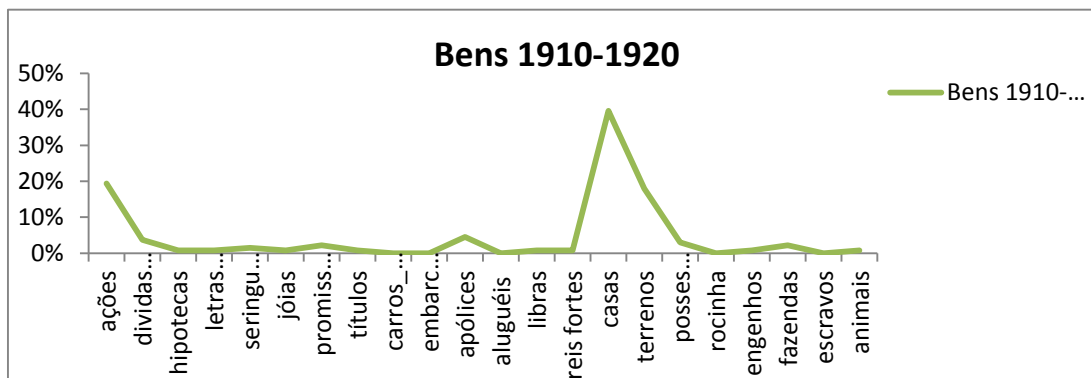


Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia, cartórios Santiago, Leão, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard.

3- 1910 a 1920: a longa decadência e o pós crise

Mesmo no período em que há a queda dos preços da borracha e a grande onda de falências na região norte (1910-1920), os elementos constituintes da fortuna ainda se conservam, demonstrando que, mesmo em meio a crise, o comércio, sobretudo de imóveis, ainda constituía o elemento regulador da riqueza na província.

Gráfico 3: Composição das fortunas no intervalo de 1910-1920



Fonte: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia, cartórios Santiago, Leão, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard.

Conclusão

Em todos os períodos foi possível identificar portugueses que mantinham imóveis tanto no Pará quanto em Portugal, bem como mantinham familiares residindo na terra natal, normalmente filhos. Antônio de Araújo Sampaio¹², além de possuir casas em Portugal, sustentava seu filho mais velho Manoel de Araújo Sampaio nos estudos no mesmo país. Além de casas em Portugal, ele também possuía em Belém, onde os alugueis lhes garantiam o sustento, conforme é transcrito em seu inventário, deixando como herança para os 6 herdeiros o valor dos bens em seu país natal e o valor dos alugueis no Pará.

Entendemos assim a riqueza que há nas relações estabelecidas entre os imigrantes portugueses e a cidade de Belém, a região amazônica como um todo. O envolvimento que estes tiveram com o desenvolvimento da cidade e com a dinamização das próprias relações sociais, passando de estrangeiros, para protagonistas de sua própria história, protagonistas de várias fases da história do Pará.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Daniel Souza. *Casamento e Compadrio em Belém nos Meados dos Oitocentos*. (Dissertação de Mestrado em História). Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

CANCELA, Cristina Donza & BARROSO, Daniel Souza. “*Imigração portuguesa e casamento: Um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém, 1908-1920)*”. In: SARGES, Maria de N.; SOUZA, Fernando ; MATOS, M. Izilda; VIEIRA JUNIOR, Antônio O.; CANCELA, Cristina D. (org.). *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. Belém: Pakatatu, 2010.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870- 1920)*. Belém: Ed. Açai, 2011.

CARVALHO, Marcos Antônio. *Bebendo açai, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*.

¹² Inventário de Antônio de Araújo Sampaio, ano de 1905. Centro de Memória da Amazônia. 2ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

(Tese). Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais. Porto: Universidade do Porto, 2011.

EMMI, Marília Ferreira (2010). *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambú-MG. http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_1/abep2010_2086.pdf.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. *Preferem-se português(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. (TESE). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: Pakatatu, 2002.

SARGES, Maria de Nazaré & MORGADO, Cauê. *Os portugueses nos autos judiciais: sociabilidades e tensões*. In: SARGES, Maria de N.; SOUZA, Fernando; MATOS, M. Izilda; VIEIRA JUNIOR, Antônio O.; CANCELA, Cristina D. (org.). *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. Belém: Pakatatu, 2010.

SOUSA JÚNIOR, José Alves de. *Edward Palmer Thompson e a tradição historiográfica marxista*. In: Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, nº 1. Belém, UFPA, 1980.

MELLO, Maria Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: HUCITEC/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1985.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

_____. *“As peculiaridades dos ingleses e outros artigos/ E. P. Thompson; organização de Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.*

TRUZZI, Oswaldo. *“Redes em processos migratórios.” Tempo Social (Revista de Sociologia da USP)*. São Paulo, vol. 20, nº 1. 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *“Da História das Mentalidades à História Cultural”*, *História*, São Paulo, 1996.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, [1983] 1993.